



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

03/02/2019

INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ASSESSORIA.....	2
2.2. DESEMBARGADOR.....	3
2.3. PRESIDÊNCIA.....	4

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Olhando a distância

Ao tomar posse como estreante na Assembleia Legislativa, o deputado Pará Figueiredo (PSL) além de pegar a 3ª secretaria da mesa diretora, também tem o nome projetado para disputar a eleição de prefeito de São João Batista, terra do pai, desembargador José Joaquim Figueiredo, presidente do TJ-MA, onde obteve 2,5 mil votos.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



Tirania do capital

O posicionamento do Papa Francisco nas questões ligadas à democracia, justiça social, economia, meio ambiente e globalização tem gerado reações no mundo midiático que banaliza tudo e faz pouco esforço para compreender o que é que sustenta verdadeiramente o pontífice.

Impõe-se a Francisco – primeiro Papa latino-americano, primeiro pontífice não europeu em mais de 1.200 anos e o primeiro Bispo de Roma jesuíta da história – o clichê pouco concentrado nos dogmas de fé, acusando ele de dedicar-se muito à denúncia dos males terrenos. Aqueles com gostos pelos paradoxos definem Francisco como o melhor líder da esquerda, reforçando o discurso dos ultraconservadores que acham o Papa demasiadamente político.

Qualquer pessoa que analisar a postura do pontífice perceberá que os seus argumentos e suas as críticas têm um fio condutor.

Não é absurdo o Papa dizer que a única força que agora parece governar o mundo é a busca do lucro, quando qualquer manifestação humana é submetida ao “deus dinheiro”.

Hoje, o poder da riqueza foge de todas as regras, expandindo-se sem controle e determinando muitas injustiças. Bilhões de seres humanos são lançados na miséria pelo egoísmo de poucos.

Todos sabem que o sistema econômico atual é uma gangrena que – mesmo maquiada – mais cedo ou mais tarde seu mau cheiro será sentido, com a fraude moral daqueles que ignoram os que estão em sofrimento.

Quando se produz a bancarrota de um banco, imediatamente aparecem somas escandalosas para salvá-lo, mas quando se produz esta bancarrota da humanidade não há nem uma milésima parte para salvar os cidadãos que sofrem.

Temos um sistema cruel que escraviza, rouba, fere, ameaça e abate os pobres como gado até onde o dinheiro quer.

O terrorismo de base que emana do controle do dinheiro nos ameaça a todo instante com a tirania semeado na sociedade que alimenta a exclusão, a opressão, a desigualdade e a violência econômica e social, gerando cada vez mais miséria num espiral que parece não acabar nunca.

Os governantes olham para aqueles que estão na miséria sem tocá-los, adotando um discurso repleto de eufemismos, mas sem fazer nada para resolver efetivamente os problemas sociais.

Esta atitude hipócrita expressa a ausência de compromisso com a sociedade. O desemprego é real, a violência é real, a corrupção é real, o esvaziamento da democracia é real.

Com o ecossistema destruído pela exploração selvagem dos recursos naturais e com uma paz ameaçada em sua raiz pelos mercados de armas cada vez mais destrutivas, temos povos culturalmente colonizados pelo pensamento único liberal e individualista.

Que mal há em dizer que a única origem desses males é a tirania do capital?

A questão não é ser contra o livre mercado, contra o capitalismo, mas sim ser contra seus excessos, principalmente na América Latina, que continua sendo o “terceiro mundo”, como definia o saudoso jornalista Neiva Moreira, que por muito tempo cobriu o processo de desenvolvimento nos países latino-americanos como editor da revista “Cadernos do Terceiro Mundo”.

Ninguém vê com suspeita os empresários. O que não se admite é a especulação financeira, concorrência desleal, sonegação – estes sim comportamentos completamente indiferente ao destino da sociedade. Denunciar a raiz humana da crise ecológica e pedir para parar o crescimento baseado na espoliação do planeta não é querer voltar ao tempo das cavernas.

Nenhuma visão cristã pode ser passiva ao ponto de não dizer que o mundo está à beira do suicídio e corre o risco de nele cair se não mudar decisivamente de rota e enfrentar os problemas ligados às mudanças climáticas, fruto do atual modelo de desenvolvimento.

TRAGÉDIA

Desde o desastre de Mariana, o País vem remando contra o fluxo da segurança e da prevenção e o resultado não demorou a acontecer com o rompimento de mais uma barragem de rejeitos minerários, agora em Brumadinho (MG), na maior tragédia socioambiental com vítimas fatais da história brasileira.

DESASTRE

Depois que ocorrem eventos extremos que causam comoção social, geralmente medidas concretas e urgentes são anunciadas pelas autoridades, visando evitar a repetição do fato danoso. O caso do desastre de Brumadinho (MG), contudo, é uma clara exceção à regra. No lugar de estruturar órgãos fiscalizadores para garantir a segurança das barragens, segue-se a inércia e negligência governamentais.

DESCASO

Depois do desastre de Brumadinho, os sinais vindos de Brasília seguem em direção oposta ao que seria necessário para evitar outra tragédia. Ao contrário de fortalecer o licenciamento ambiental, instrumento central da Política Nacional do Meio Ambiente, vão continuar avançando proposições legislativas destinadas a enfraquecê-lo – ou simplesmente eliminá-lo.

LOBBY

É grave o apetite de alguns parlamentares e do lobby da mineração por enfraquecer o licenciamento ambiental, cuja principal função é prevenir impactos socioambientais. Após o rompimento da barragem de Mariana, uma comissão especial do Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) n.º 654/2015, que estabelece o “licenciamento a jato” para empreendimentos de infraestrutura, justamente aqueles com maiores impactos e riscos socioambientais.

José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luz.almeida@globo.com / www.joseluizalmeida.com



A VITÓRIA DOS MELIANTES

O presidente da República editou um decreto que, na prática, facilita a posse de arma de fogo, uma das promessas de sua vitoriosa campanha. Depois do decreto, o debate foi intenso - e continua aceso -, em face das consequências da facilitação da posse de armas de fogo para o conjunto da sociedade. Nesse sentido, há antevistas/opiniões para todos os gostos, razão pela qual também me aventuro fazer algumas reflexões em torno do tema, em face do que entrevejo como consequência mais evidente do afrouxamento da posse de arma de fogo e, no futuro, do porte.

Por conta dos debates em torno das consequências do polêmico decreto, há os que apostam no aumento da criminalidade, sob o argumento - que flerta com a realidade - de que, quanto mais armas em mãos dos cidadãos, maior a probabilidade de violência, ainda que o decreto trate apenas da flexibilização da posse. Há outros que, ao reverso, acreditam que, estando o cidadão de posse de uma arma de fogo - em sua residência ou em seu comércio, por exemplo -, o meliante pensará duas vezes antes de agir, disso decorrendo, por consequência, que a violência contra a pessoa e contra o patrimônio, por exemplo, tenderá a refluir.

Noutros ambientes onde o mesmo tema é tratado, há os que entendem, numa outra perspectiva, que a posse de arma estimulará, dentre outras consequências danosas, a violência doméstica, antessala do feminicídio, tão presente nos dias atuais.

Para o meu espanto, ainda há, por outro lado, os que acham que a só liberação da posse de arma de fogo ainda é pouco para desestimular a prática de crimes. Nesse sentido, não são poucos os que almejam, ademais, a liberação do porte de arma de fogo, sempre sob o argumento de que, armando a população, a violência urbana tenderá a arrefecer.

Eu, cá do meu canto, com a experiência que acumulei, devo dizer, tão somente, que, quanto mais armas, mais crimes, e que, ademais, não acredito em solução mágica para enfrentar a criminalidade; como, de resto, ninguém de bom senso acredita.

Nesse panorama, a única certeza que tenho, numa visão diametralmente oposta aos que defendem a posse e o porte de arma de fogo, é que, quanto mais flexível o controle, mais crimes violentos serão praticados. —

Desde o meu olhar, em razão da flexibilização da posse de arma de fogo - e do seu porte, no futuro -, numa análise bem particularizada da questão, a mais provável consequência que disso advirá é que ela passará, doravante, a ser o novo sonho de consumo dos meliantes, o novo objeto de desejo dos assaltantes, a potencializar a nossa exposição em face da criminalidade violenta.

Creiam - e espero muito estar errado -, logo, logo, os meliantes, que, antes, atacavam as pessoas nas ruas, nas paradas de ônibus, no comércio e nas residências em busca, preferencialmente, de aparelhos celulares e coisas que tais, flexibilizados o porte e a posse de arma de fogo, voltarão as suas ações, fundamentalmente, para a subtração desse espetacular instrumento de intimidação.

O que poderá resultar, portanto, da flexibilização que se almeja é que, em face dela, os meliantes serão contemplados com mais facilidades para o acesso às armas de fogo, para, depois, infernizarem a nossa vida, em cada logradouro público, em cada esquina da cidade, quando, numa outra perspectiva, o que é mais grave, não estiverem a serviço das organizações criminosas.

É claro, pois, desde a minha compreensão, que, o estar de posse - ou portando - uma arma de fogo, em vez de se traduzir em maior segurança ao cidadão, como, equivocadamente, pensam muitos, se traduzirá em mais violência, ante a perspectiva de que os facínoras serão os verdadeiros beneficiários da flexibilização em comento.

O problema da arma de fogo não é estar em poder - porte ou posse - das pessoas de bem, as quais, por óbvio, não vão sair por aí assaltando nem matando ninguém, salvo em situações excepcionais, mas em mãos de meliantes ou servindo às organizações criminosas, que serão, ao fim e ao cabo, os verdadeiros beneficiários das medidas que favorecem a posse e o porte de arma de fogo.

O tempo dirá se estou com a razão.

Todavia, espero, sinceramente, que a minha análise da questão esteja equivocada, e que, com mais armas em poder do cidadão, testemunhemos o refluir dos índices de criminalidade, no que, definitivamente, não acredito.

É isso.



Bom Dia Sociedade
Nossa conversa de todas as segundas-feiras



Orquídea Santos
orquideafsantos@yahoo.com.br



Acesse nossa página no FACEBOOK, ORQUÍDEA SANTOS NA TV, ou através do google (@orquideafssantos) e veja os vídeos que fizeram sucesso durante a semana.



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo e sua mulher Telma, durante solenidade de posse do filho, deputado estadual Pará Figueiredo (com seu filho Lucas), na Assembleia Legislativa na sexta-feira (1º). Foto de Ribamar Pinheiro